

PORTARIA Nº 574, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2007 (*)

(Publicada no DOU de 23/11/2007, Seção I, págs. 239)

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e tendo em vista o disposto no art. 10 da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e no art. 27 do Decreto nº 73.841, de 13 de março de 1974, resolve:

Art. 1º Estabelecer as regras para a prorrogação do contrato de trabalho temporário, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Art. 2º O contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora ou cliente, em relação a um mesmo empregado, não poderá exceder de três meses, salvo autorização de prorrogação conferida pelo órgão local do MTE.

Parágrafo único. O contrato de trabalho temporário poderá ser prorrogado uma única vez, pelo mesmo período, desde que a empresa tomadora ou cliente informe e justifique que:

I – a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente excedeu ao prazo inicialmente previsto; e

II – as circunstâncias que geraram o acréscimo extraordinário dos serviços e ensejaram o contrato de trabalho temporário foram mantidas.

Art. 3º A empresa tomadora ou cliente deverá protocolizar, no órgão regional do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o requerimento de prorrogação do contrato de trabalho temporário, previsto no Anexo desta Portaria, devidamente preenchido, até quinze dias antes do término do contrato.

§ 1º No prazo de cinco dias do recebimento do processo, deverá o chefe da Seção ou Setor de Relações do Trabalho - SERET do órgão regional do MTE analisar o pedido e decidir pela autorização ou não da prorrogação do contrato de trabalho temporário, sob pena de responsabilidade.

§ 2º A empresa solicitante será notificada, pela SERET, da concessão ou indeferimento da autorização.

§ 3º O chefe da SERET informará à chefia da fiscalização todos os requerimentos de prorrogação protocolizados e as autorizações concedidas.

Art. 4º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

CARLOS LUPI

ANEXO

AO SENHOR

DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO DA DRT/_____.

A empresa _____ CNPJ-MF N° _____, com endereço à _____, tomadora de serviços/cliente da empresa de trabalho temporário _____, CNPJ-MF N° _____, com endereço à _____, por intermédio de seu representante (qualificação), requer a prorrogação do contrato de trabalho temporário firmado, nos termos da Lei n° 6.019, de 1974, em relação ao trabalhador abaixo identificado, e informa, sob as penas da lei, que atende às condições fixadas na Portaria MTE n° 574, de 22 de novembro de 2007:

Nome do trabalhador: _____

Função: _____ CTPS: _____

Período inicialmente estipulado para o contrato de trabalho temporário:

Início: ____/____/____

Término: ____/____/____

Período para a prorrogação:

Início: ____/____/____

Término: ____/____/____

Justificativa da prorrogação:

() a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente excedeu ao prazo inicialmente previsto.

- Especificar o motivo, indicando o empregado substituído e o motivo do afastamento: _____

() as circunstâncias que geraram o acréscimo extraordinário dos serviços e ensejaram o contrato de trabalho temporário foram mantidas.

- Especificar o acréscimo extraordinário de serviço: _____

Informações adicionais:

Local e data

Assinatura do representante da empresa

(*) Retificada no DOU de 26/12/07, Seção I, pág. 56, por ter saído com incorreção no DOU em 23/11/2007, Seção I, pág. 239.